

PROCESSO Nº

-216/23-

REG. PROC. Nº

-

FL. 1

FOLHA Nº

-01-



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo



### CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº: 216

Tipo de Documento: Projeto de Lei Ordinária Nº: 97

Ano: 2023

**Ementa:** Institui o Fundo Municipal de Esportes e Lazer e dá outras providências.

#### AUTUAÇÃO

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

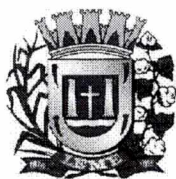
Autuado

**Autor:** EXECUTIVO MUNICIPAL

Aos 09 dias do mês de outubro de 2023, autuado  
o P.L. nº 97/23, em fonte. \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_ subscrevi.

Aut. 87/23



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 21/10/23	Fls 2

Ofício nº 248/2023 – SNJ.GP

Leme, 06 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei que ***“Institui o Fundo Municipal de Esportes e Lazer e dá outras providências.”***

Para melhor análise da proposta encaminhamos a justificativa necessária à sua apresentação, bem como documentação anexa, no sentido de que a mesma faça parte integrante do Projeto de Lei ora apresentado.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

**CLAUDEMIR APARECIDO BORGES**

**Prefeito do Município de Leme**

Ao

Excelentíssimo Senhor.

**RICARDO DE MORAES CANATA.**

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta

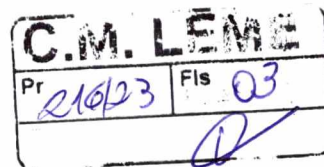
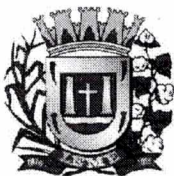
Câmara Municipal de Leme

Protocolo	Processo
1944	216
Data/Hora: 09/10/2023 12:58:47	

  
KARINE MARCONDES DE MORAES CRUZ







# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 97/2023

*“Institui o Fundo Municipal de Esportes e Lazer e dá outras providências.”*

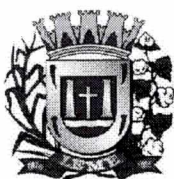
Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Esportes e Lazer, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, como instrumento de captação, gestão e aplicação dos recursos a serem utilizados com objetivo de dar apoio financeiro a programas e projetos voltados ao esporte e ao lazer que se enquadrem nas diretrizes e prioridades constantes no Plano Municipal de Esportes e segundo as deliberações do Conselho Municipal de Esportes.

Art. 2º - Fica assegurada ao Fundo Municipal de Esportes e Lazer autonomia administrativa, financeira, patrimonial e contábil na gestão de seus objetivos, sendo suas contas de gestão submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na forma da lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo, oportunamente, deverá criar unidade orçamentária FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – FMESPER, vinculada à Secretaria de Esporte, na forma da lei orçamentária que aprova o orçamento para o exercício de 2024, que conterà os projetos e atividades relacionadas com o Esporte no Município, de acordo com esta Lei.

Art. 3º - Constituirão recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer:

- I - dotação orçamentária própria e créditos suplementares a ele destinados;
- II - o retorno e resultados de suas aplicações, bem como, multas, correção monetária e juros em decorrência de suas operações;
- III - Convênios, contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- IV - Contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado e do Município, de sua Administração Direta e Indireta, firmados para a execução de políticas de esporte;
- V - Transferências autorizadas de recursos de outros fundos;
- VI - todos os recursos provenientes da arrecadação resultante da permissão de uso das áreas municipais a título oneroso a agremiações desportivas;
- VII - o preço público recolhido pela utilização das unidades de administração direta da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- VIII - as rendas auferidas pela cessão de espaço publicitário nas unidades de administração direta e indireta da Secretaria de Esporte e Lazer;



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 21/12/23	Fis 04

- IX- os patrocínios recolhidos;
- X- as multas aplicadas por penalidades esportivas;
- XI - acordos, contratos, consórcios e convênios;
- XII – incentivos fiscais destinados ao esporte;
- XIII - Recursos provenientes do ICMS Esportivo;
- XIV - Participação nas bilheterias em eventos realizados nas dependências dos imóveis administrados pelo setor responsável pela gestão esportiva local;
- XV - Recursos provenientes de licitações de permissão de uso para exploração de bares e lanchonetes localizados nos bens públicos administrados pelo setor responsável pela gestão esportiva local;
- XVI - Receitas provenientes da cobrança de alvarás de serviços e eventos de cunho esportivo;
- XVII - outros e quaisquer recursos destinados às áreas esportivas.

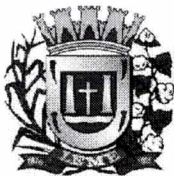
Art. 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer serão depositados em conta corrente a ser aberta e mantida em instituição financeira.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer a ordenação das despesas e a movimentação dos recursos do Fundo Municipal de Esportes.

Art. 5º - Os recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer serão aplicados exclusivamente em:

- I - projetos que visem fomentar e estimular atividades esportivas e recreativas no Município;
- II - qualificação de agentes esportivos, proporcionando aos mesmos acesso a cursos de capacitação e aperfeiçoamento em temáticas ligadas ao esporte e à proteção e prevenção de violações aos atletas;
- III - Benfeitorias em infraestrutura adequada à prática esportiva e atividade física dos cidadãos, como: aquisição de materiais, construção, reforma, ampliação, aquisição e locação de imóveis para a prestação de serviço desportivo;
- IV - Criação de novos projetos esportivos e de atividade física cujos objetivos sejam, preferencialmente, de natureza comunitária ou experimental;





# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 216/23	Fis 05

V - Diversificação da oferta de modalidades esportivas e atividades físicas, buscando implementar políticas que atendam as preferências e características da população municipal;

VI - Oferta de atividades físicas e esportivas que alcancem todos os públicos, tais como pessoas com deficiência, idosos, crianças e jovens e atividades nas quatro manifestações: Esporte Educacional, Esporte de Participação, Esporte de Rendimento, Esporte de Formação.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Esporte terá a incumbência de acompanhar as atividades fomentadas pelo Fundo Municipal de Esportes, podendo sugerir as alterações pertinentes, bem como indicar outras iniciativas que devam ser fomentadas pelo Fundo.

Parágrafo único – O Conselho Municipal de Esporte deverá elaborar, aprovar e apresentar, no primeiro trimestre de cada exercício, o plano anual de aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 7º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua vigência.

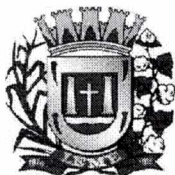
Art. 8º - As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Leme, 06 de outubro de 2023.

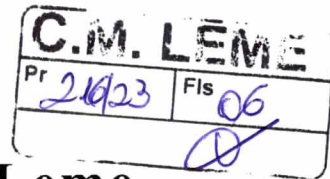
**CLAUDEMIR APARECIDO BORGES**





# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



## JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ilustríssimos (as) Senhores (as) Vereadores (as):

Ao cumprimentar Vossa Excelência e demais membros desta Egrégia Casa Legislativa, aproveito a oportunidade para encaminhar o anexo Projeto de Lei que *“Institui o Fundo Municipal de Esportes e Lazer e dá outras providências.”*

A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas para toda a sociedade brasileira. Em relação às políticas sociais, a Carta Magna inseriu o esporte como direito social, promovendo uma nova fase na elaboração das políticas públicas esportivas.

Desenvolver políticas públicas é uma tarefa cada vez mais complexa e desafiadora, por isso, é necessário que sejam desenvolvidos mecanismos que ajudem a consolidação da política de esportes em Leme.

A criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e do seu respectivo Fundo Municipal é um mecanismo, de suma importância, de promoção e fomento ao esporte no nosso município, possibilitando mais recursos financeiros e a participação da Sociedade civil na política esportiva municipal.

Através desses mecanismos, poderemos desenvolver atividades de promoção do esporte em suas diferentes manifestações (Esporte Educacional, Esporte de Participação, Esporte de Rendimento e Esporte de Formação) buscando atender bairros e distritos do município, por meio do incentivo às pessoas físicas ou jurídicas, para realização de projetos esportivos de caráter não comercial e não lucrativo.

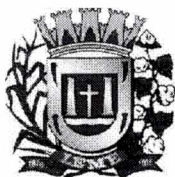
A propositura em tela guarda perfeita consonância com as determinações estabelecidas na Constituição Federal, bem como está adequada às normas e diretrizes contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo desnecessário o acompanhamento da estimativa de impacto orçamentário e financeiro (Art. 17, § 1.º, LRF) e declaração do ordenador de despesa sobre adequação orçamentária e financeira às Leis Orçamentárias (Art. 16, I, LRF), visto que se trata de texto legal que não gera novas despesas.

Na certeza de poder contar com a compreensão dos membros desta Egrégia Casa Legislativa quanto à apreciação, votação e aprovação da matéria em pauta para proposição final de lei, reitero votos de elevada estima e especial consideração.

Leme, 06 de outubro de 2023.

**CLAUDEMIR APARECIDO BORGES**





# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 216/23	Fis 07

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> BRASIL.

Lei n. 4.320, de 17 mar. 1964, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 23 mar. 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)

BRASIL. Instrução Normativa RFB n.1.470 de 30 mai. 2014, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).Retificada no DOU de 09/06/2014, Seção 1, pág. 21. Brasília, 03 jun. 2014. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2014/in14702014.htm>





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F008-9097-FA9E-54BC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDEMIR APARECIDO BORGES (CPF 340.XXX.XXX-18) em 06/10/2023 17:00:48 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/F008-9097-FA9E-54BC>





**PROJETO DE LEI Nº 96/2.023**

**EMENTA:** “Institui o Fundo Municipal de Esportes e Lazer e dá outros providencias”.

**AUTORIA:** *Prefeito Municipal*

Senhor Presidente,

O presente processo apresenta Projeto de Lei que busca autorização Legislativa para instituir o Fundo Municipal de Esportes e Lazer e dá outros providencias.

É o breve relato. Opino.

*Ab initio*, cumpre observar que não compete a Procuradoria Jurídica desta Casa examinar os critérios de conveniência e de oportunidade nos projetos apresentados, a análise está restrita aos aspectos de legalidade e de técnica legislativa de todas as proposituras, para efeito de admissibilidade e tramitação.

A Constituição Federal de 1988 contemplou a existência de entes federativos em três esferas distintas, a saber, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dotando cada um de autonomia e atribuindo a estes campos de atuação estatal determinados.



Com isso, o Constituinte conferiu aos Municípios, de forma suplementar, poder para agir, administrar e atuar em situações concretas, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, e ainda para legislar sobre assuntos de interesse local, disposto no art. 30<sup>1</sup>, incisos I da Carta Magna:

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à instituição do Fundo Municipal de Esportes e Lazer a nível municipal.

Nesse sentido é a doutrina de Roque Antonio Carraza<sup>2</sup>:

***“interesse local” não quer dizer privativo, mas simplesmente local, ou seja, aquele que se refere de forma imediata às necessidades e anseios da esfera municipal, mesmo que, de alguma forma, reflita sobre necessidades gerais do Estado-Membro ou do país.”***

No que concerne à forma legislativa para instituir o Fundo Municipal de Esportes e Lazer, o Regimento Interno desta Casa traz que esta criação de conselho municipal deve ser feita por meio de lei ordinária, como está sendo tratado no projeto em questão, assim a via legislativa está correta como preconiza o art. 202 do Regimento.

Quanto ao processo de votação, o Regimento Interno trouxe que este deverá ser discutido em votados em dois turnos, exigindo para sua aprovação o quórum da maioria simples (Art. 29 da LOM) ou seja, a metade mais um dos membros da câmara, sendo certo que no caso de empate, o voto do Presidente desempatará.

---

<sup>2</sup> Curso de direito constitucional tributário. São Paulo. Malheiros. 19 ed. 2004, p. 158





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 216/23	Fis 12
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME	

Na seara da competência, este tema encontra-se tratado na Lei Orgânica do Município, que em seu artigo 30<sup>3</sup>, cuja competência privativa do Prefeito, a organização administrativa do município com a instituição do Fundo Municipal de Esportes e Lazer.

Assim, conforme apresentado acima, não há vício de competência no Projeto em questão.

Por todo o exposto apresenta-se o presente parecer-técnico **OPINATIVO**, conforme já se manifestou o Pretório Excelso<sup>4</sup>, no sentido de que a presente propositura **está em condições de tramitar por esta Casa Legislativa por preencher os requisitos legais**.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Leme/SP, 09 de outubro de 2.023.

  
**Jorge Luiz Stefano**  
DIR/PROC JURÍDICO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 337/2016.

<sup>3</sup> **Artigo 30** - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta lei.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

1 - criação de cargos, funções ou empregos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

2 - regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de servidores;

3 - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

4 - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.

4 "O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução *ex officio* da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.



CÂMARA MUNICIPAL DE

**LEME/SP**

<b>C.M. LEME</b>	
Pr <u>216/23</u>	Fis <u>12</u>
<u>[Signature]</u>	

**Ao Expediente**

10 / 10 / 23

PRESIDENTE ✓

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☐

O.S.P. ☐

S.E.CLT ☐

P.U.Q.P.S ☐

Em 10 // 10 // 23

**VISTA**

Em 11 de outubro de 2023

Com visita às comissões

Funcionário B



OFÍCIO DE SIG. DA

## JUNTADA

Em 18 de OUTUBRO de 2023

raço juntada a estes autos o parecer  
conjunto da CTP, COTC  
e CSECLT ao PL 97/23

Funcionário 10



**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 97/2.023**

**EMENTA:** Institui o Fundo Municipal de Esportes e Lazer e dá outras providências.

**AUTORIA:** Prefeito Municipal

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇA E CONTABILIDADE e**

**COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA LAZER E TURISMO.**

*A Comissão de Constituição Justiça e Redação, Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade e Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo*, reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresentam um único relatório, o qual é também nosso voto:

1. Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do Prefeito Municipal que trata da instituição do Fundo Municipal de Esportes e Lazer, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, como instrumento de captação, gestão e aplicação dos recursos a serem utilizados com o objetivo de dar apoio financeiro a programas e projetos voltados ao esporte e ao lazer desde que se enquadrem nas diretrizes e prioridades do Plano Municipal de Esportes.

2. No entender da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o projeto é legal, está bem regido e instruído e não ofende as normas superiores.

3. Sob o aspecto do interesse e conveniência, entendemos ser o projeto interessante, porque vem contribuindo com as políticas públicas,



especialmente no sentido de dar ao Fundo autonomia administrativa, financeira, patrimonial e contábil na gestão de seu objeto.

4. Diante de tudo e nada obstando a sua tramitação, as Comissões, conjuntamente é de parecer **FAVORÁVEL** e que seja o presente projeto apreciado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", em 18 de outubro de 2.023.

Pela Comissão C. J. e R.

**Ellan Ricardo da Paixão**  
PRESIDENTE

**Lourdes Silva Camacho**  
VICE-PRESIDENTE

**Francisco Ferreira da Silva**  
SECRETÁRIO

Pela Comissão de O. F. e C.

**Francisco Ferreira da Silva**  
PRESIDENTE

**Lourdes Silva Camacho**  
VICE-PRESIDENTE

**Ellan Ricardo da Paixão**  
SECRETÁRIO

Pela Comissão de O. e S. P.

**Cintia Cristina Grossklauss**  
PRESIDENTE

**Elias Eliel Ferrara**  
VICE-PRESIDENTE

**Ricardo Pinheiro de Assis**  
SECRETÁRIO





CÂMARA MUNICIPAL DE

**LEME/SP**

C.M. LEME	
Pr 216/23	Fis 15

A Ordem do Dia

24/10/2023

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 97/23, aprovado por unanimidade dos presentes em 1ª e 2ª votação.

Em 24 de outubro de 2023.

RICARDO DE MORAES CANATA

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE

**LEME/SP**

<b>C.M. LEME</b>	
Pr 21/6/23	Fis 16

**Autógrafo de Lei nº 87/23**

**PROJETO DE LEI Nº 97/23**

***“Institui o Fundo Municipal de Esportes e Lazer e dá outras providências.”***

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Esportes e Lazer, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, como instrumento de captação, gestão e aplicação dos recursos a serem utilizados com objetivo de dar apoio financeiro a programas e projetos voltados ao esporte e ao lazer que se enquadrem nas diretrizes e prioridades constantes no Plano Municipal de Esportes e segundo as deliberações do Conselho Municipal de Esportes.

Art. 2º - Fica assegurada ao Fundo Municipal de Esportes e Lazer autonomia administrativa, financeira, patrimonial e contábil na gestão de seus objetivos, sendo suas contas de gestão submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na forma da lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo, oportunamente, deverá criar unidade orçamentário FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – FMESPER, vinculada à Secretaria de Esporte, na forma da lei orçamentária que aprova o orçamento para o exercício de 2024, que conterà os projetos e atividades relacionadas com o Esporte no Município, de acordo com esta Lei.

Art. 3º - Constituirão recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer:

- I - dotação orçamentária própria e créditos suplementares a ele destinados;
- II - o retorno e resultados de suas aplicações, bem como, multas, correção monetária e juros em decorrência de suas operações;
- III - Convênios, contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- IV - Contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado e do Município, de sua Administração Direta e Indireta, firmados para a execução de políticas de esporte;
- V - Transferências autorizadas de recursos de outros fundos;
- VI - todos os recursos provenientes da arrecadação resultante da permissão de uso das áreas municipais a título oneroso a agremiações desportivas;
- VII - o preço público recolhido pela utilização das unidades de administração



direta da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

VIII - as rendas auferidas pela cessão de espaço publicitário nas unidades de administração direta e indireta da Secretaria de Esporte e Lazer;

IX- os patrocínios recolhidos;

X- as multas aplicadas por penalidades esportivas;

XI - acordos, contratos, consórcios e convênios;

XII – incentivos fiscais destinados ao esporte;

XIII - Recursos provenientes do ICMS Esportivo;

XIV - Participação nas bilheterias em eventos realizados nas dependências dos imóveis administrados pelo setor responsável pela gestão esportiva local;

XV - Recursos provenientes de licitações de permissão de uso para exploração de bares e lanchonetes localizados nos bens públicos administrados pelo setor responsável pela gestão esportiva local;

XVI - Receitas provenientes da cobrança de alvarás de serviços e eventos de cunho esportivo;

XVII - outros e quaisquer recursos destinados às áreas esportivas.

Art. 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer serão depositados em conta corrente a ser aberta e mantida em instituição financeira.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer a ordenação das despesas e a movimentação dos recursos do Fundo Municipal de Esportes.

Art. 5º - Os recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer serão aplicados exclusivamente em:

I - projetos que visem fomentar e estimular atividades esportivas e recreativas no Município;

II - qualificação de agentes esportivos, proporcionando aos mesmos acesso a cursos de capacitação e aperfeiçoamento em temáticas ligadas ao esporte e à proteção e prevenção de violações aos atletas;

III - Benfeitorias em infraestrutura adequada à prática esportiva e atividade física dos cidadãos, como: aquisição de materiais, construção, reforma, ampliação, aquisição e locação de imóveis para a prestação de serviço desportivo;

IV - Criação de novos projetos esportivos e de atividade física cujos objetivos sejam, preferencialmente, de natureza comunitária ou experimental;





V - Diversificação da oferta de modalidades esportivas e atividades físicas, buscando implementar políticas que atendam as preferências e características da população municipal;

VI - Oferta de atividades físicas e esportivas que alcancem todos os públicos, tais como pessoas com deficiência, idosos, crianças e jovens e atividades nas quatro manifestações: Esporte Educacional, Esporte de Participação, Esporte de Rendimento, Esporte de Formação.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Esporte terá a incumbência de acompanhar as atividades fomentadas pelo Fundo Municipal de Esportes, podendo sugerir as alterações pertinentes, bem como indicar outras iniciativas que devam ser fomentadas pelo Fundo.

Parágrafo único – O Conselho Municipal de Esporte deverá elaborar, aprovar e apresentar, no primeiro trimestre de cada exercício, o plano anual de aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 7º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua vigência.

Art. 8º - As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Leme, 25 de outubro de 2023.

**RICARDO  
DE  
MORAES  
CANATA:36  
211871899**  
Ricardo de Moraes Canata

Assinado digitalmente por  
RICARDO DE MORAES  
CANATA:36211871899  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC  
CERTIFICA MINAS v3, OU=  
36757837000115, OU=Presencial,  
OU=Certificado PF A3, CN=  
RICARDO DE MORAES  
CANATA:36211871899  
Razão: Eu sou o autor deste  
documento.  
Data: 2023.10.25 12:14:11-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.3

Presidente

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 97/23**

***“Institui o Fundo Municipal de Esportes e Lazer e dá outras providências.”***

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Esportes e Lazer, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, como instrumento de captação, gestão e aplicação dos recursos a serem utilizados com objetivo de dar apoio financeiro a programas e projetos voltados ao esporte e ao lazer que se enquadrem nas diretrizes e prioridades constantes no Plano Municipal de Esportes e segundo as deliberações do Conselho Municipal de Esportes.

Art. 2º - Fica assegurada ao Fundo Municipal de Esportes e Lazer autonomia administrativa, financeira, patrimonial e contábil na gestão de seus objetivos, sendo suas contas de gestão submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na forma da lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo, oportunamente, deverá criar unidade orçamentária FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – FMESPER, vinculada à Secretaria de Esporte, na forma da lei orçamentária que aprova o orçamento para o exercício de 2024, que conterà os projetos e atividades relacionadas com o Esporte no Município, de acordo com esta Lei.

Art. 3º - Constituirão recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer:

- I - dotação orçamentária própria e créditos suplementares a ele destinados;
- II - o retorno e resultados de suas aplicações, bem como, multas, correção monetária e juros em decorrência de suas operações;
- III - Convênios, contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- IV - Contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado e do Município, de sua Administração Direta e Indireta, firmados para a execução de políticas de esporte;
- V - Transferências autorizadas de recursos de outros fundos;
- VI - todos os recursos provenientes da arrecadação resultante da permissão de uso das áreas municipais a título oneroso a agremiações desportivas;
- VII - o preço público recolhido pela utilização das unidades de administração direta da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

VIII - as rendas auferidas pela cessão de espaço publicitário nas unidades de administração direta e indireta da Secretaria de Esporte e Lazer;

IX- os patrocínios recolhidos;

X- as multas aplicadas por penalidades esportivas;

XI - acordos, contratos, consórcios e convênios;

XII – incentivos fiscais destinados ao esporte;

XIII - Recursos provenientes do ICMS Esportivo;

XIV - Participação nas bilheterias em eventos realizados nas dependências dos imóveis administrados pelo setor responsável pela gestão esportiva local;

XV - Recursos provenientes de licitações de permissão de uso para exploração de bares e lanchonetes localizados nos bens públicos administrados pelo setor responsável pela gestão esportiva local;

XVI - Receitas provenientes da cobrança de alvarás de serviços e eventos de cunho esportivo;

XVII - outros e quaisquer recursos destinados às áreas esportivas.

Art. 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer serão depositados em conta corrente a ser aberta e mantida em instituição financeira.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer a ordenação das despesas e a movimentação dos recursos do Fundo Municipal de Esportes.

Art. 5º - Os recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer serão aplicados exclusivamente em:

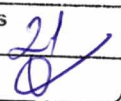
I - projetos que visem fomentar e estimular atividades esportivas e recreativas no Município;

II - qualificação de agentes esportivos, proporcionando aos mesmos acesso a cursos de capacitação e aperfeiçoamento em temáticas ligadas ao esporte e à proteção e prevenção de violações aos atletas;

III - Benfeitorias em infraestrutura adequada à prática esportiva e atividade física dos cidadãos, como: aquisição de materiais, construção, reforma, ampliação, aquisição e locação de imóveis para a prestação de serviço desportivo;

IV - Criação de novos projetos esportivos e de atividade física cujos objetivos sejam, preferencialmente, de natureza comunitária ou experimental;



Leme	
P 210/23	Fls 21
	

V - Diversificação da oferta de modalidades esportivas e atividades físicas, buscando implementar políticas que atendam as preferências e características da população municipal;

VI - Oferta de atividades físicas e esportivas que alcancem todos os públicos, tais como pessoas com deficiência, idosos, crianças e jovens e atividades nas quatro manifestações: Esporte Educacional, Esporte de Participação, Esporte de Rendimento, Esporte de Formação.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Esporte terá a incumbência de acompanhar as atividades fomentadas pelo Fundo Municipal de Esportes, podendo sugerir as alterações pertinentes, bem como indicar outras iniciativas que devam ser fomentadas pelo Fundo.

Parágrafo único – O Conselho Municipal de Esporte deverá elaborar, aprovar e apresentar, no primeiro trimestre de cada exercício, o plano anual de aplicação dos recursos do Fundo.

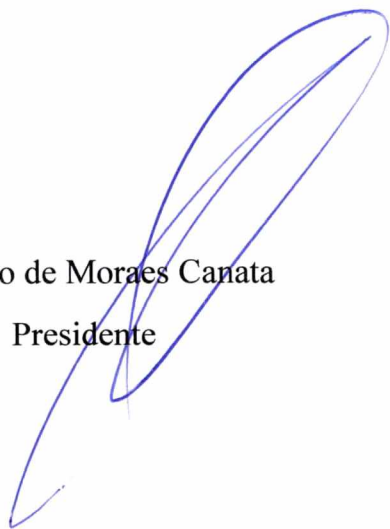
Art. 7º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua vigência.

Art. 8º - As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Leme, 25 de outubro de 2023.

Ricardo de Moraes Canata  
Presidente





## Protocolo 35.472/2023

Situação em 25/10/2023 15:14: Novo | Código nº 819.116.982.576.8



Cíntia Maria Gomes  
(via WEB)

Para

SENJUR-CGAL - Co...

SENJUR-CGAL - Coord. Geral de Atos Legislativos

P	216/23	Fls	22

Em 25/10/2023 às 15:14

### Autógrafos (Uso exclusivo Câmara)

Ofício nº \*|0:NUMERO|\* / 2023 – CM

Leme, 25 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente passamos às mãos de Vossa Excelência

os seguintes Autógrafos:

- de Lei nº 86/23, referente ao Projeto de Lei nº 96/23 e
- de Lei nº 87/23, referente ao Projeto de Lei nº 97/23.

Sem mais, respeitosamente.

Ricardo de Moraes Canata  
Presidente

Ao

Excelentíssimo Senhor  
Claudemir Aparecido Borges

1. Prefeito de LEME

**Autógrafo de Lei nº 86/23**  
**PROJETO DE LEI Nº 96/23**

Leme, 25 de outubro de 2023.

Ricardo de Moraes Canata  
Presidente

Oficio\_553\_2023\_com\_2\_Autografos\_Assinado\_Digitalmente.pdf (782,01 KB)

0 downloads

A revisar

### Transparência — Quem já visualizou

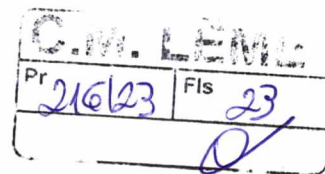
Cíntia Maria Gomes

25/10/2023 às 15:14

Situação atual: Novo

« Voltar - Central de Atendimento





# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

**LEI ORDINÁRIA Nº 4.246, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023.**

***“Institui o Fundo Municipal de Esportes e Lazer e dá outras providências.”***

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEME, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Esportes e Lazer, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, como instrumento de captação, gestão e aplicação dos recursos a serem utilizados com objetivo de dar apoio financeiro a programas e projetos voltados ao esporte e ao lazer que se enquadrem nas diretrizes e prioridades constantes no Plano Municipal de Esportes e segundo as deliberações do Conselho Municipal de Esportes.

Art. 2º Fica assegurada ao Fundo Municipal de Esportes e Lazer autonomia administrativa, financeira, patrimonial e contábil na gestão de seus objetivos, sendo suas contas de gestão submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na forma da lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo, oportunamente, deverá criar unidade orçamentário FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – FMESPER, vinculada à Secretaria de Esporte, na forma da lei orçamentária que aprova o orçamento para o exercício de 2024, que conterá os projetos e atividades relacionadas com o Esporte no Município, de acordo com esta Lei.

Art. 3º Constituirão recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer:

- I - dotação orçamentária própria e créditos suplementares a ele destinados;
- II - o retorno e resultados de suas aplicações, bem como, multas, correção monetária e juros em decorrência de suas operações;
- III - Convênios, contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- IV - Contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado e do Município, de sua Administração Direta e Indireta, firmados para a execução de políticas de esporte;
- V - Transferências autorizadas de recursos de outros fundos;
- VI - todos os recursos provenientes da arrecadação resultante da permissão de uso das áreas municipais a título oneroso a agremiações desportivas;
- VII - o preço público recolhido pela utilização das unidades de administração direta da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

Avenida Dr. Armando Salles de Oliveira, nº 1085, Centro – Leme/SP - CNPJ/MF 46.362.661/0001-68  
[prefeito@leme.sp.gov.br](mailto:prefeito@leme.sp.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: CLAUDEMIR APARECIDO BORGES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/876A-E43C-99AE-6980> e informe o código 876A-E43C-99AE-6980





# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 216/23	Fls 24
O	

VIII - as rendas auferidas pela cessão de espaço publicitário nas unidades de administração direta e indireta da Secretaria de Esporte e Lazer;

IX- os patrocínios recolhidos;

X- as multas aplicadas por penalidades esportivas;

XI - acordos, contratos, consórcios e convênios;

XII – incentivos fiscais destinados ao esporte;

XIII - Recursos provenientes do ICMS Esportivo;

XIV - Participação nas bilheterias em eventos realizados nas dependências dos imóveis administrados pelo setor responsável pela gestão esportiva local;

XV - Recursos provenientes de licitações de permissão de uso para exploração de bares e lanchonetes localizados nos bens públicos administrados pelo setor responsável pela gestão esportiva local;

XVI - Receitas provenientes da cobrança de alvarás de serviços e eventos de cunho esportivo;

XVII - outros e quaisquer recursos destinados às áreas esportivas.

Art. 4º Os recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer serão depositados em conta corrente a ser aberta e mantida em instituição financeira.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer a ordenação das despesas e a movimentação dos recursos do Fundo Municipal de Esportes.

Art. 5º Os recursos do Fundo Municipal de Esportes e Lazer serão aplicados exclusivamente em:

I - projetos que visem fomentar e estimular atividades esportivas e recreativas no Município;

II - qualificação de agentes esportivos, proporcionando aos mesmos acesso a cursos de capacitação e aperfeiçoamento em temáticas ligadas ao esporte e à proteção e prevenção de violações aos atletas;

III - Benfeitorias em infraestrutura adequada à prática esportiva e atividade física dos cidadãos, como: aquisição de materiais, construção, reforma, ampliação, aquisição e locação de imóveis para a prestação de serviço desportivo;

IV - Criação de novos projetos esportivos e de atividade física cujos objetivos sejam, preferencialmente, de natureza comunitária ou experimental;



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. Leme	
Pr 21623	Fis 25
D	

V - Diversificação da oferta de modalidades esportivas e atividades físicas, buscando implementar políticas que atendam as preferências e características da população municipal;

VI - Oferta de atividades físicas e esportivas que alcancem todos os públicos, tais como pessoas com deficiência, idosos, crianças e jovens e atividades nas quatro manifestações: Esporte Educacional, Esporte de Participação, Esporte de Rendimento, Esporte de Formação.

Art. 6º O Conselho Municipal de Esporte terá a incumbência de acompanhar as atividades fomentadas pelo Fundo Municipal de Esportes, podendo sugerir as alterações pertinentes, bem como indicar outras iniciativas que devam ser fomentadas pelo Fundo.

Parágrafo único – O Conselho Municipal de Esporte deverá elaborar, aprovar e apresentar, no primeiro trimestre de cada exercício, o plano anual de aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua vigência.

Art. 8º As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Leme, 26 de outubro de 2023.

**CLAUDEMIR APARECIDO BORGES**